BREVE RELATO E DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

10 de outubro de 2023

A reunião foi um sucesso e contou com a presença de 45 pessoas, representantes das entidades apoiadoras da ACD, Núcleos e voluntários(as) de todas as regiões do país, além da equipe da ACD. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, dirigiu os trabalhos e iniciou agradecendo o imenso apoio que a ACD vem recebendo das entidades e dedicados(as) coordenadores(as) dos Núcleos em todo o país.

1- ANÁLISE DE CONJUNTURA

Maria Lucia apresentou as telas (https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reuniao-do-conselho-politico-da-acd-10-10-2023/) ressaltando a centralidade do Sistema da Dívida na conjuntura atual e a importância da mobilização de servidores(as) públicos(as) diante da decisão política do governo de guardar dinheiro para pagar juros e amortização da dívida pública. Enfatizou também que o momento é de enfrentamento do Sistema da Dívida, pois enquanto servidores públicos acumulam perda inflacionária de 46,5%, só neste ano, até outubro, o governo federal já gastou quase 2 trilhões com o serviço da dívida pública. Esse privilégio afeta também os investimentos sociais como educação e saúde, por exemplo, que em 2023 possuem previsão orçamentária de 16 e 14 vezes, respectivamente, menor do que os gastos financeiros. Além disso, os juros altos praticados pelo Banco Central geram rombo nas contas públicas e aumenta o estoque da dívida pública, o que tem sido usado como justificativa para contrarreformas como da previdência, a administrativa (PEC 32), privatizações e a securitização. Fez questão de enfatizar que durante a Assembleia Nacional Constituinte a correlação de forças era muito desigual, pois somente 30% dos parlamentares defendiam os direitos sociais, e graças à mobilização e pressão foi possível inserir vários direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Concluiu reforçando a necessidade de organização social para o avanço das mobilizações e colocou a ACD à disposição para continuar produzindo materiais, a exemplo da nova Cartilha lançada (https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/) que fortaleçam a luta social, tendo em vista não falta dinheiro no Brasil; o que há é privilégio do Sistema da Dívida e falta de transparência, por isso a auditoria da dívida precisa acontecer e a oportunidade da Frente Parlamentar recém lançada será fundamental. Confira a gravação em (https://www.youtube.com/watch?v=kW7XvKghXzY).

2 – FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Maria Lucia ressaltou a importância da Frente Parlamentar como instrumento de mobilização social e convidou todas as entidades presentes a aderirem. Aproveitou para submeter ao Conselho Político da ACD, que aprovou, o título do 1º Seminário da Frente Parlamentar que foi sugerido pela deputada federal Fernanda Melchionna, coordenadora da Frente: *"Onde o Estado gasta mais? No serviço público ou no Sistema da Dívida?"* previsto para ser realizado no dia 21/11/2023 (terça-feira). Também convidou todas as pessoas presentes para a **1ª Reunião interna virtual da Frente Parlamentar, a ser realizada, no dia 17/10/2023, às 9h** e contará com a participação da deputada Fernanda Melchionna. O principal objetivo da reunião será organizar o Seminário, definir convidados e a participação das entidades. Citou também os eventos que serão realizados na **ALESP dia 19/10**, e na **ALMG dia 27/10**, ambos sobre as dívidas estaduais, e nos quais irá participar representando a coordenação nacional da ACD.

Seguiu-se rico debate das pessoas presentes as quais as ideias e comentários resumidos a seguir:

Tales Freitas (SINDIRECEITA) relatou reunião com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e entidades, e a necessidade de mobilização sobre a questão da dívida e sua relação com o reajuste para os servidores.

Cristiano (SINDJUFE / Bahia) informou sobre atividade de mobilização junto a parlamentar local e reafirmou que está junto na luta e que o sindicato vai fazer parte da Frente Parlamentar.

Prof. Luiz Eduardo Neves (ANDES) relatou que os servidores estão negociando com o governo a reposição de perdas salariais, mas o governo diz que não tem dinheiro e, nesse sentido, os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida têm sido centrais na mobilização dos servidores. Citou a Plenária dos servidores, que contou com ampla participação de entidades, e informou a data da próxima plenária (7/11/2023), indicando a disposição de prosseguir com o movimento.

Fabio Rodrigues (SINTRAJUD) ressaltou que a prioridade da dívida pública explica o arcabouço fiscal, a reforma administrativa etc. É importante quebrar o discurso do governo de que este modelo é um dado que não poderia ser modificado, quando na verdade é uma opção política. Declarou que a nova gestão vai continuar apoiando a ACD.

Laercio Bernardes (AGEMPU) relatou alguns problemas existentes no Ministério Público, inclusive falta de credibilidade após a inércia do antigo PGR. Aproveitou e convidou todos para a Plenária dos Servidores Públicos dia 7/11/2023 e lamentou ainda a situação do povo palestino.

Prof. Menezes (Núcleo Alagoas) mencionou estudo que realizou (https://auditoriacidada.org.br/nucleo/nao-troque-a-divida-publica-vinda-do-proes-pelas-universidades-publicas-por-jose-menezes-gomes/) mostrando que grande parte da dívida dos estados é derivada de passivos de bancos estaduais, que no caso de Alagoas era dívida privada de Usineiros com o Produban, que foi transformada em dívida pública, ressaltando a necessidade de as universidades estaduais denunciarem isso.

Rita Felicetti (ANFIP) destacou que entregou ao presidente Lula, em mãos, a nova Cartilha da ACD e espera que ele leia e não apenas passe a assessores, e que vai continuar na luta.

Fabiano dos Santos (FENAJUFE) reforçou o convite para as mobilizações de servidores: Plenária no dia 7/11 e Mobilização dia 8/11. Informou que em SP avançam as privatizações de serviços públicos, sendo que o SINTRAJUD coletou muitas assinaturas contra as privatizações, que são instrumentos geradores de dívida. Sugeriu que a ACD prepare material sobre a dívida e as privatizações. No ano passado não se alterou a Taxa Selic, mas se alteraram os preços administrados, e a inflação caiu. Ou seja, a taxa de juros não tem efeito sobre a inflação.

Maria Lucia Fattorelli (ACD) concordou e informou que a ACD irá elaborar material sobre as privatizações, especialmente por meio de PPP que utiliza o esquema de securitização que desvia recursos públicos. Citou o exemplo da empresa "SP Parcerias" que está exportando serviços para o Estado do RS.

Márcia Tavares (ASSUFRGS) falou sobre a Lei Kandir, que gerou uma dívida imensa para os estados, prejudicou a educação, a saúde, e outros serviços públicos. Citou que foi uma grande vitória termos conseguido lançar a Frente Parlamentar.

Rita Josina (AFBNB) relatou sobre a necessidade de manter os fundos públicos, que deveriam continuar sendo administrados pelo setor público e servindo à sociedade, sugerindo a elaboração de material também sobre esse tema.

Pablo Diaz (Núcleo Curitiba) citou o trabalho de comunicação que tem sido feito em sua entidade (Fetec PR) e divulgou diversas imagens que podem ser reproduzidas (https://www.facebook.com/fetecpr/). Destacou a necessidade de enfrentar o capital e não fazer conciliação, pois o próximo presidente pode ser o Tarcísio de Freitas.

Lujan Miranda (Núcleo ES) falou sobre a questão da Palestina. Sugeriu Live com Julio Gambina sobre as tendências do Capitalismo Contemporâneo e o Sistema da Dívida. Criticou o argumento do governo de que não haveria correlação de forças para fazer as mudanças, pois quando as coisas chegam no Congresso, já chegam negociadas entre os poderes.

Camila Oliveira (SINTRAJUD) ressaltou que os estudos da ACD são uma alternativa ao discurso do arcabouço fiscal e que nesse momento de luta temos de dizer que existe dinheiro sim, mas que está indo para o sistema da dívida.

Claudio Oliveira (Núcleo BA) mencionou o estudo que está realizando sobre Securitização na Bahia, tendo identificado que a empresa estatal "BahiaInveste" se tornou mais forte que o governo estadual. Está por trás das PPPs, fundos públicos, recebe recursos de várias fontes, inclusive 3% de todos os ingressos do Estado.

3 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA DISCUTIR A POLÍTICA DE JUROS NO BRASIL

Maria Lucia mencionou a importância da Audiência Pública realizada em 30/08/2023 (https://4et.us/s089tq) pela CFT e ressaltou o descaso das autoridades do Banco Central e do Ministério da Fazenda, que não compareceram nem enviaram representantes. A audiência contou com exposições da própria Maria Lucia, do engenheiro Fernando Siqueira (AEPET), e dos professores Ladislau Dowbor e Marco Antônio Mitidiero Júnior.

Ressaltou a necessidade de aprovação do PLP 104/2022 e pediu que acessem e divulguem a enquete oficial no site da Câmara e declararem seu apoio (https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/).

Criticou o projeto aprovado no Congresso Nacional, no qual os bancos é que irão fazer uma proposta para o limite de juros em até 90 dias e, posteriormente o CMN irá analisar as propostas.

4 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022 - https://bit.ly/3G87DQA

Foi divulgado o novo informativo da campanha (https://auditoriacidada.org.br/conteudo/informativo-da-campanha-pelo-limite-dos-juros-no-brasil-n-07-2023/) e reforçado o convite para votar na enquete oficial da Câmara dos Deputado: https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/.

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA:

Maria Lucia lembrou que a ACD possui uma pequena equipe da secretaria para manter e pediu apoio das entidades por meio de doações, que podem ser feitas via:

- **PIX** 12537204000145,
- pagamento recorrente no cartão de crédito https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/ ,ou
- PagSeguro https://auditoriacidada.org.br/doacao/

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA *PADRE THIERRY LINARD*, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

Maria Lucia ressaltou a importância desse Observatório de Finanças e convidou os participantes interessados para integrar os grupos de pesquisa. Basta enviar e-mail para contato@auditoriacidada.org.br para manifestar interesse e será incluído(a) no grupo.

Cumprida a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e participação de todos e todas, encerrando a reunião.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício OAB
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: contato@auditoriacidada.org.br,
www.auditoriacidada.org.br